

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**  
**ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf **DANILO FRANÇA DE OLIVEIRA**

**BRICS e a geopolítica mundial após 2008**



Rio de Janeiro  
2019

Maj Inf **DANILO** FRANÇA DE OLIVEIRA

## **BRICS e a geopolítica mundial após 2008**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: TC Inf EDUARDO TEIXEIRA COSTA MATTOS

Rio de Janeiro  
2019

Maj Inf **DANILO** FRANÇA DE OLIVEIRA

## **BRICS e a geopolítica mundial após 2008**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 25 de novembro de 2019.

### COMISSÃO AVALIADORA

---

Eduardo Teixeira Costa Mattos - TC Inf - Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Alisson Alencar David - Maj Inf - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Anderson Luiz Alves Figueiredo - Maj Eng - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa, meus filhos e meus pais, fontes de inspiração e exemplo.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, o Senhor dos Exércitos, pelo dom da vida, pela tranquilidade nos momentos difíceis e pela saúde que tem me permitido seguir estudando e aprendendo a cada dia que passa.

Ao meu orientador, TC Inf Eduardo Teixeira Costa Mattos, pela orientação, serenidade, confiança e camaradagem que dispensou a mim em todos os momentos da realização deste trabalho.

Ao meu pai, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, pelos exemplos de dedicação e amor à família e ao Exército, pela educação firme e sólida e por seu incentivo constante pelo meu sucesso.

À minha mãe, Maria das Neves Paiva França de Oliveira, pelo carinho, presença e infinito amor aos filhos e aos netos.

À minha esposa, Ana Carolina Rodrigues Melo de Oliveira, meu amor, pela alegria de poder conviver com vocês todos os dias, pela companhia, compreensão e incentivo de sempre.

Aos meus filhos Mateus e Gabriel, por nos trazerem a luz da vida diariamente e por seus sorrisos, que fazem todo o esforço valer a pena.

## RESUMO

A segunda metade do século XX foi marcada pela bipolaridade entre União Soviética e Estados Unidos da América (EUA), envolvendo todos os campos do poder. A crise econômica de 2008, que teve como origem a desregulação econômica e o excesso de crédito, tendo como epicentro a economia dos EUA, afetou sobremaneira a conjuntura mundial, principalmente no aspecto econômico. Nesse sentido, o início do século XXI marcou a ascensão dos chamados países emergentes, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que se articularam por meio de um grupo denominado BRICS. O presente estudo teve como objetivo estudar o papel do BRICS na geopolítica mundial após a crise financeira de 2008. A análise foi baseada em pesquisa bibliográfica em publicações sobre os assuntos do tema, buscando compreender a relação entre o BRICS, a crise econômica de 2008 e uma nova geopolítica mundial. O resultado do estudo mostrou que, como consequência da crise, destacou-se o enfraquecimento das economias dos EUA e dos principais países da Europa. Aliada a acontecimentos como o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, que enfraqueceu politicamente os EUA, a crise potencializou a multipolaridade mundial, favorecendo a explosão econômica da China e o retorno da Rússia para o tabuleiro geopolítico mundial, enquanto Brasil, Índia e África do Sul passaram a almejar uma efetiva inserção político-econômica, no cenário internacional.

Palavras-chave: BRICS; Crise econômica; Geopolítica.

## **ABSTRACT**

La segunda mitad del siglo XX estuvo marcada por la bipolaridad entre la Unión Soviética y los Estados Unidos de América, involucrando todos los campos del poder. La crisis económica de 2008, que se originó a partir de la desregulación económica y el exceso de crédito, con la economía de Estados Unidos como epicentro, afectó en gran medida el entorno económico mundial. En este sentido, el comienzo del siglo XXI marcó el surgimiento de los llamados países emergentes, como Brasil, Rusia, India, China y África del Sur, que se articularon a través de un grupo llamado BRICS. El presente estudio tuvo como objetivo estudiar el papel de los BRICS en la geopolítica mundial después de la crisis financiera de 2008. El análisis se basó en la investigación bibliográfica en publicaciones sobre el tema, buscando comprender la relación entre los BRICS, la crisis económica de 2008 y una nueva geopolítica mundial. El resultado del estudio mostró que, como consecuencia de la crisis, se destacó el debilitamiento de las economías estadounidenses y de los principales países europeos. Junto con eventos como el ataque terrorista del 11 de septiembre de 2001, que debilitó políticamente los Estados Unidos, la crisis ha aumentado la multipolaridad global, favoreciendo el gran crecimiento económico de China y el regreso de Rusia al tablero geopolítico mundial, mientras que Brasil, India y África del Sur comenzó a buscar una mas grande inserción política y económica en el escenario internacional.

Palabras-clave: BRICS; Crisis económica; Geopolítica.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
1.1	PROBLEMA.....	9
1.2	OBJETIVOS.....	9
1.2.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	9
1.2.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	10
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	10
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	10
2	<b>METODOLOGIA</b> .....	12
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	12
2.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	12
2.3	COLETA DE DADOS.....	12
2.4	TRATAMENTO DOS DADOS.....	12
2.5	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	13
3	<b>O BRICS</b> .....	14
3.1	BRASIL.....	17
3.2	RÚSSIA.....	21
3.3	ÍNDIA.....	24
3.4	CHINA.....	26
3.5	ÁFRICA DO SUL.....	28
4	<b>CRISE FINANCEIRA DE 2008</b> .....	31
5	<b>GEOPOLÍTICA MUNDIAL</b> .....	37
6	<b>CONCLUSÃO</b> .....	43
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	46



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará sobre o BRICS (abreviação do grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) relacionando-o com aspectos da geopolítica mundial e com os reflexos da crise financeira global ocorrida em 2008.

Os países pertencentes ao BRICS são considerados países emergentes. Segundo Pena (2019), são chamados de países emergentes ou em desenvolvimento, os países com relativo desenvolvimento econômico e social em comparação com os países mais pobres do planeta. Possuem nível médio ou até pouco elevados de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), bem como industrialização e crescimento econômico.

A crise financeira mundial ocorrida em 2008, cujo epicentro foram os Estados Unidos, modificou as relações entre os países, não apenas no aspecto econômico, mas também no aspecto político e social do sistema internacional. Segundo Pagot e Jardim (2014), a crise ocasionou desaceleração produtiva em todo o mundo, gerando questionamentos sobre a posição hegemônica dos Estados Unidos, tendo em vista o modelo econômico liberal propagado no processo de globalização pós-Guerra Fria.

O mundo como um todo sentiu os reflexos da crise de 2008. Pode-se destacar, no pós-crise, a consolidação econômica da China frente à hegemonia da economia americana e o enfraquecimento econômico da União Européia. Neste contexto, ressalta-se o crescimento econômico de alguns países, em particular, dos componentes do BRICS, ao longo do século XXI.

De acordo com Bonfim (2005), a organização mundial sofreu grandes mudanças na última década do século XX, principalmente após o fim da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), com o fim da bipolarização e do conflito leste-oeste. Segundo Terezinha de Castro (1999), pensadora geopolítica brasileira, as “nações emergentes” deveriam preencher sete condições básicas no âmbito das relações internacionais, que são: superfície territorial maior que 5 milhões de km<sup>2</sup>, continentalidade territorial, acesso direto e amplo ao oceano, recursos naturais estratégicos essenciais, população maior que 100 milhões de habitantes, densidade demográfica maior que 10 hab/km<sup>2</sup> e homogeneidade racial.

Nesse sentido, do ponto de vista geopolítico, os componentes do BRICS teriam grande potencial para desenvolvimento nos campos político, econômico e social, frente aos fatos ocorridos ao longo do século XXI.

## 1.1 PROBLEMA

No início do século XXI, iniciou-se a discussão sobre os países que teriam grande potencial econômico, os chamados países emergentes. Neste contexto, inicialmente, destacaram-se Brasil, Rússia, Índia e China, que formaram o BRIC. Posteriormente, no sentido da inclusão do continente africano, a África do Sul foi integrada ao grupo, formando o BRICS.

A crise financeira de 2008, que atingiu nível mundial e avassalador, abalando as maiores fontes de poder econômico do mundo, quais sejam, Estados Unidos e União Europeia, transformou a geopolítica mundial e abriu espaço para surgimento de novos pólos econômicos.

É neste contexto que emerge a problemática da pesquisa que ora se delinea: Qual é o papel do BRICS na geopolítica mundial após 2008?

## 1.2 OBJETIVOS

Segundo Creswell, a declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, ele ressalta que, devido a essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada num tópico exclusivo (CRESWELL, 2010). Assim, esta pesquisa apresenta, a seguir, o objetivo geral e seus 3 (três) objetivos específicos.

### 1.2.1 Objetivo geral

Como se encontra o BRICS na geopolítica mundial após a crise financeira de 2008? Ao responder esta pergunta, este trabalho encontra o seguinte objetivo geral conforme descrito a seguir: estudar o papel do BRICS na geopolítica mundial após a crise financeira de 2008.

### 1.2.2 Objetivos específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral apresentado foram formulados alguns objetivos específicos a serem alcançados, que balizarão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo e que serão elencados em seguida:

- a) apresentar o processo de surgimento e evolução do BRICS, caracterizando os países membros;
- b) caracterizar os antecedentes, fatos e reflexos da crise financeira de 2008 para o mundo; e
- c) apresentar os principais aspectos da geopolítica mundial, ocorridos após a crise financeira de 2008, relacionando com os países do BRICS.

### 1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo estará limitado à evolução do grupo BRICS ao longo do século XXI, e ao histórico político, econômico e social de Brasil, Rússia, Índia, China e África dos Sul ao longo dos séculos XX e XXI. Também será balizado pelos conceitos geopolíticos clássicos e contemporâneos. E, ainda, pelos acontecimentos que antecederam a crise financeira global de 2008, bem como seus reflexos para o mundo. Dessa forma, o estudo abordará três assuntos: o BRICS, a crise financeira de 2008 e a geopolítica mundial.

### 1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O Brasil é um país emergente do sistema internacional. Ao se juntar com Rússia, Índia, China e África do Sul com a finalidade de aumentar sua inserção internacional, faz-se necessário o estudo aprofundado das referidas nações.

A crise financeira de 2008 modificou a geopolítica mundial, na medida em que deu espaço para o crescimento dos países do BRICS.

Ações estratégicas vem sendo tomadas pelo governo brasileiro nos diversos campos do poder. E o fortalecimento econômico do país passa pelo incremento das relações políticas, diplomáticas e econômicas com os países em questão.

A relevância deste estudo repousa na importância do Oficial de Estado-Maior compreender os reflexos da crise financeira de 2008 que modificaram a geopolítica mundial, possibilitando o fortalecimento do país, por meio do aumento da interação com os países do BRICS. Além disso, contribuirá como fonte de pesquisa acerca da economia mundial, ao longo dos séculos XX e XXI.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 TIPO DE PESQUISA**

O presente estudo foi realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseou sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados ao BRICS, à crise financeira de 2008 e à geopolítica mundial, em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

### **2.2 UNIVERSO E AMOSTRA**

O universo foi composto pelos países do BRICS e, também, outros países do mundo que participaram mais efetivamente das transformações geopolíticas oriundas da crise financeira de 2008.

As amostras que foram utilizadas tratam do assunto específico deste trabalho e deram condições de estabelecer o papel do BRICS na geopolítica mundial após a crise financeira de 2008.

### **2.3 COLETA DE DADOS**

Conforme o Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército) (2012), a coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso deu-se por meio da coleta na literatura, realizando-se uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, internet, monografias, teses e dissertações, sempre buscando os dados pertinentes ao assunto. Nessa oportunidade, foram levantadas todas as fundamentações teóricas necessárias.

### **2.4 TRATAMENTO DOS DADOS**

A abordagem escolhida para o tratamento dos dados foi calcada nos procedimentos qualitativos de pesquisa. Isto em razão da natureza do problema

dessa pesquisa e do perfil do pesquisador. Os dados foram tratados pela análise do conteúdo que é “uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Isto ocorreu durante toda a investigação.

## 2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método escolhido possui limitações, pois, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, limitou-se às consultas realizadas pelo autor, que buscou a maior variação possível. Foi de extrema importância a seleção das fontes a serem utilizadas no trabalho, a fim de se evitar que a análise subjetiva fosse tendenciosa. Assim, a metodologia utilizada buscou evidenciar de forma objetiva e clara, os seus tipos, universo e amostra, tratamento de dados e as limitações dos métodos elencados. Com isso, acredita-se que o método escolhido foi acertado e possibilitou alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

### 3 O BRICS

Segundo Visentini (2013), após a Segunda Guerra Mundial, e com a Guerra Fria, que foi um sistema de regulação internacional, Estados Unidos e URSS se tornaram superpotências a liderar os respectivos blocos, integrados por antigas potências, que agora mantinham um papel mais limitado, especialmente com a descolonização. Ao longo dos anos 1970 e 1980, os países do Terceiro Mundo lograram alcançar razoável nível de industrialização e acumulação de poder político, sendo classificados como potências médias, ou, por vezes, potências regionais. Com o fim da Guerra Fria, a Rússia foi rebaixada à condição de potência, deixando os Estados Unidos como única superpotência, produzindo um novo sistema internacional, que alguns denominaram como “unipolar”.

A década de 1990 marcou o triunfo da vertente neoliberal da globalização, o crescente poder das nações integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e das Organizações Internacionais sob seu controle. Neste período, as grandes nações em desenvolvimento passaram a ser denominadas pelos consultores de investimentos como mercados emergentes. Neste contexto, China, Rússia, Índia, Brasil, África do Sul, além de outros, receberam tal classificação. Esses países se tornariam potências econômicas com o volume do PIB ultrapassando os do Norte durante o início do século XXI. Ainda, analistas identificaram um virtual paralelo poder político-militar a se desenvolver (VISENTINI, 2013).

No início do século XXI, O'Neill (2001) criou o acrônimo denominado BRIC, sendo o conjunto de países composto por Brasil, Rússia, Índia e China, caracterizando-os como países que apresentavam grandes oportunidades para investidores, fruto do elevado potencial de desenvolvimento e pelo crescimento econômico maior que o de vários países considerados desenvolvidos.

Dois anos depois, Goldman Sachs divulgou um relatório, que aprofundou a análise da economia do BRICS. Foram realizadas projeções para o crescimento de seu PIB até 2050 baseadas em itens como o ritmo de crescimento econômico e o tamanho da população de cada país. Segundo o relatório, os países se destacavam por suas dimensões territoriais e pelas suas populações, bem como por suas médias históricas de crescimento, que lhes garantiriam um potencial de avanço econômico sustentável em longo prazo (VISENTINI, 2013).

De acordo com Visentini (2013), o Goldman Sachs comparou a relação entre o crescimento do PIB projetado para o BRICS e o projetado para os países do então G-6 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França e Itália), levando a instituição a concluir que o ultrapassariam em duas ou três décadas. Afirmou, ainda, que Brasil, Rússia, Índia e China se tornariam responsáveis pela transformação da economia mundial, uma vez que estes países viriam a ter um papel central no desenvolvimento econômico global.

De acordo com Reis (2012), os países que constituíam o BRIC, exceto a Rússia, não obstante sua relevância na economia global, não tinham espaço no núcleo duro do diretório econômico mundial, denominado de G8 (formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia). Ainda conforme Reis (2012), o grupo BRIC surge em 2006 e, em 2007, o Brasil procurou aprofundar o diálogo entre os países do BRIC na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) daquele ano.

Em 2008, o BRIC passou a ser uma entidade político-diplomática, durante a primeira reunião formal de chanceleres do bloco, em Ecaterimburgo, na Rússia. Nessa reunião, os principais pontos de consenso entre Brasil, Rússia, Índia e China foram: a) fortalecimento do multilateralismo, com a ONU desempenhando papel central; b) necessidade de reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz; c) China e Rússia registraram apoio às aspirações do Brasil e Índia de desempenhar maior papel nas Nações Unidas; d) apoio à solução de disputas por meios políticos e diplomáticos; e) favorecimento do desarmamento da não proliferação; e f) reiteração do compromisso de contribuir para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e o apoio aos esforços internacionais de combate à fome e à pobreza. Adicionalmente, foi acordado que haveria reuniões anuais de cúpula (REIS, 2012).

A partir do ano 2008, a crise econômica acentuou a interpretação da capacidade do BRICS em ampliar a participação na economia e na política mundial. Dos quatro países, apenas a Rússia sentiu um impacto maior da crise econômica, enquanto Brasil, China e Índia conseguiram manter a estratégia de desenvolvimento. De acordo com estudos do Goldman Sachs, a crise de crédito global e suas consequências causaram mais danos às economias desenvolvidas do que ao BRICS. Consequentemente, reforçou a projeção de que a China superaria a



economia norte-americana em 2027 e o BRICS seriam, coletivamente, tão grandes como o G-7 (O'NEILL & STUPNYTSKA, 2009).

Em 2011, durante a Terceira Cúpula do grupo, ocorrida em Sanya, na China, foi oficializado o ingresso da África do Sul ao grupo, que daquele momento em diante passaria a ser chamado BRICS. O ingresso de um país africano ampliou a representatividade do bloco e consolidou-o no que diz respeito ao caráter político-diplomático, uma vez que estava integrando países de quatro continentes. Neste período, houve o fortalecimento da cooperação em áreas como agricultura, ciência e tecnologia, e saúde (REIS, 2012).

Segundo a revista *The Economist* (2010), “o grupo apresenta características bastante diversas: dois países possuem governos considerados autoritários pelo Ocidente, enquanto os outros dois são democracias liberais; dois possuem assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU, ao passo que dois lutam por isso há algum tempo; além do que somente três são potências nucleares. Economicamente, o BRICS também não poderiam ser mais diferentes entre si: a renda per capita destes países varia amplamente dos US\$ 15 mil da Rússia, aos US\$ 3 mil da Índia”.

Os países membros do BRICS são ou aspiram a ser membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Caracterizam-se por seu considerável território, população e PIB. Possuem forte impacto regional e projeto nacional relativamente autônomo. Apesar das diferenças materiais e de perspectivas, todos ocupam uma posição semelhante na ordem mundial em transição, e necessitam consolidar sua posição rumo à multipolaridade mundial (VISENTINI, 2013).

Na perspectiva brasileira, segundo Visentini (2013), “o ingresso da África do Sul não enfraqueceu o grupo. Pelo contrário, tornou-o mais forte. Havia uma região geopolítica pouco abrangida pelo BRIC porque o Brasil era considerado por críticos como alheio aos demais pela geografia e pela história (seria “ocidental”). Com a África do Sul no BRICS, a ligação entre os oceanos Atlântico Sul e Índico foi estabelecida, bem como uma presença mais assertiva do grupo na África”.

Duas organizações de extrema importância mundial são abrangidas pelos integrantes do BRICS: a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e o IBAS, Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul. A OCX, criada em 1996, é integrada por China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, e está relacionada com a geopolítica eurásiana. O IBAS, estabelecido em 2003, tem

seu foco na Cooperação Sul-Sul e na emergência de um novo espaço geopolítico meridional e oceânico (VISENTINI, 2013).

De acordo com Barrucho (2017), o BRICS ocupa 26,46% da área total da Terra, reúne 42,58% da população mundial e responde por 22,53% do PIB do planeta. Segundo Pagot e Jardim (2014), em termos de Produto Interno Bruto (PIB), população e extensão territorial, o BRICS, enquanto conjunto, são relevantes e assumem papel primordial enquanto possíveis reformadores do sistema internacional.

Na opinião de Visentini (2013), até 2020 o BRICS terá de responder a três grandes desafios globais: evitar o envolvimento dos países do grupo em conflitos militares em grande escala, retomar o desenvolvimento econômico mundial e construir mecanismos de governança global baseada na multipolaridade.

### 3.1 BRASIL

O Brasil sofreu uma mudança na matriz de sua política externa ao longo da década de 1990. Alterou-se do padrão de continuidade que remontava à década de 1970. Na matriz da política externa dos anos de 1990, aqui denominada de neoliberal, o país alterou suas estratégias multilaterais e bilaterais de inserção internacional. O paradigma neoliberal de inserção internacional atravessa os governos Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (VISENTINI, 2013).

Em um novo mundo multilateral, o primeiro aspecto da política externa dos anos de 1990 se refere ao abandono do discurso terceiro-mundista e do abandono da compreensão internacional baseada no conflito norte-sul. O Brasil passa a ser considerado uma potência média, por meio da busca pela vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, mostrando que o país não operaria apenas como mercado emergente. As relações do Brasil no âmbito multilateral constituíram uma composição entre posturas típicas dos países considerados grandes mercados emergentes, considerados atrativos para investimentos e negócios internacionais (SENNES, 2003).

De acordo com Silva (2013), “as relações regionais do Brasil adquiriram, na matriz neoliberal dos anos de 1990, um novo sentido estratégico a partir do aprofundamento da política regional da matriz desenvolvimentista. A política regional

da matriz neoliberal ganha centralidade como projeto próprio de inserção internacional. Nesse sentido, o Mercosul representou o núcleo duro de projeção internacional do Brasil, num primeiro plano na América Latina e, em seguida, mundial. Como resultado, o aspecto regional ganhou considerável importância como um dos eixos articuladores da inserção externa do país. O Mercosul foi, de fato, um contrapeso e um espaço realista para a inserção do Brasil no duro jogo das relações internacionais pós-Guerra Fria”.

Segundo o site do IBGE (2019), o Brasil possui uma população de aproximadamente 210 milhões de habitantes (2018), uma área de 8,5 milhões de Km<sup>2</sup> e um PIB de U\$ 1,8 trilhão de dólares (2016).

Segundo Silva (2013), verifica-se que “o país atingiu a condição de sétima economia mundial, garantiu as fronteiras territoriais, construiu um parque industrial respeitável e um grande contingente populacional, condições importantes para o país adquirir maior peso internacional”.

Ao final da década de 1990, algumas dificuldades da era neoliberal se destacavam no Brasil. Nesse sentido, Guimarães (1999) descreve que, entre os principais desafios nacionais do Brasil estavam a superação da estagnação monetarista e livre-cambista e a formulação de uma política decidida de reconstrução da sociedade brasileira sobre as dificuldades herdadas da década de 1990, como o desemprego, a concentração de renda, os enormes déficits interno e externo e a desestruturação do Estado.

A partir do início do século XXI, após o Governo de Fernando Henrique Cardoso, a política econômica do Governo Lula seguiu bases configuradas pelo governo anterior, estando assentada no tripé câmbio flutuante, metas de inflação e altas taxas de superávit primário. Dessa forma, o Governo Lula buscou atingir, como o governo anterior, uma melhoria dos indicadores econômicos brasileiros por meio do aumento da credibilidade da economia brasileira frente aos investidores internacionais. Foi priorizado o saneamento do problema de desequilíbrio das contas públicas, que se mostrou como o principal obstáculo da economia brasileira para a atração de investimentos externos. Ainda, a formação de blocos institucionalizados e de grupos de coalizão com países em desenvolvimento foram considerados um projeto inovador da política externa do Governo Lula (VISENTINI, 2013).

Portanto, verificou-se que o Brasil adquiriu uma política externa condizente com a posição de potência emergente, conquistando maior protagonismo internacional, tanto em termos econômicos quanto diplomáticos (VISENTINI, 2013).

Ainda, Visentini (2013) afirmou que: “a grande melhora dos indicadores econômicos brasileiros a partir de 2003 – melhora do risco país, valorização cambial, diminuição da relação dívida pública/PIB, valorização da Bolsa de Valores – pode em um primeiro momento mostrar que o país diminuiu notavelmente sua vulnerabilidade externa. No entanto, olhando detalhadamente, pode-se perceber que o grande montante de capital que migrou para o país, causando um grande superávit na Balança de Capitais, foi capital de curto prazo, procurando adquirir ganhos com a diminuição do risco de se investir no Brasil”.

Em 2008, irrompeu nos Estados Unidos a crise financeira mundial, que veio provar que a economia brasileira ainda não estava imune aos efeitos malignos de choques externos. Com a crise de liquidez, os capitais estrangeiros rapidamente procuraram retirar o capital investido principalmente nos países emergentes, os quais apresentavam maior risco. Tal fato comprovou que a gestão macroeconômica focada na busca de credibilidade – superávit primário, metas de inflação –, na verdade, surtiu pouco efeito na decisão dos investidores, que estariam mais interessados em altas taxas de retorno (FILGUEIRAS, 2008).

Entretanto, de acordo com Visentini (2013), o Brasil conseguiu boas condições para enfrentar a crise mundial, com o acúmulo de US\$ 200 bilhões de reservas e mercados internacionais diversificados, em especial nos países emergentes, que se revelaram fundamentais para o Brasil retomar a estratégia de crescimento.

O mercado asiático absorveu as exportações brasileiras, levando a um sucesso na política de diversificação econômica brasileira, uma vez que o Brasil passou a depender menos dos tradicionais mercados de países desenvolvidos, tendo maior capacidade de responder a políticas mercadológicas internacionais. Dessa forma, o Brasil conseguiu enfrentar a crise financeira mundial, mesmo com a redução da demanda dos países desenvolvidos por matérias-primas e insumos vindos do país. Além disso, o Brasil passou a ter mais opções para a obtenção de novas tecnologias, uma vez que o continente asiático possui um grande dinamismo científico-tecnológico. No que tange à cooperação multilateral, verificou-se uma grande participação com parceiros asiáticos em mecanismos multilaterais nos quais

o Brasil se faz presente, como por exemplo o G-20 Financeiro, o BRICS e o IBAS (BRASIL, 2011).

Com a China, o Brasil possui alguns de seus maiores e mais importantes projetos de cooperação. São de grande importância essas relações para ambos os países, de forma que passaram a ter o status de parceria estratégica. Com o aumento no fluxo comercial, a China se tornou o primeiro destino das exportações brasileiras, além de ter sido o principal parceiro comercial do Brasil no ano de 2009 (BRASIL, 2010).

Também foi intensa a cooperação na área científico-tecnológica entre os países, que permitiu maior acesso à tecnologia de ponta por parte do Brasil, com destaque para o programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite), além de ser o primeiro resultado da parceria estratégica entre os países, o projeto foi considerado “o mais bem-sucedido programa de cooperação científica entre países em desenvolvimento” (BRASIL, 2011).

A Índia também é um país de peso nos projetos de cooperação Sul-Sul. A partir de 2006, a relação de cooperação entre os países passou a adquirir o status de parceria estratégica. Ambos os países fazem parte do fórum de diálogo IBAS. Em relação à área econômica, o intercâmbio comercial Brasil-Índia (somando-se fluxo de exportação e de importação) passou de cerca de 1 bilhão de dólares em 2003, para 7,7 bilhões de dólares em 2010. Em relação à cooperação científico-tecnológica, foram abarcados projetos de pesquisa espacial, informática, farmacologia, biotecnologia e de desenvolvimento energético, especialmente na área dos biocombustíveis. Na área de defesa, são desenvolvidos projetos conjuntos de cooperação de pesquisa e desenvolvimento, além do comércio de produtos de defesa existente entre os países (BRASIL, 2011).

Segundo Visentini (2013), os problemas com a pobreza e a desigualdade, comuns no Brasil e na Índia, também levam à cooperação no âmbito social, com projetos de combate à fome e ao analfabetismo. Vale ressaltar que ambos os países defendem a reforma do Conselho de Segurança da ONU, do qual ambicionam fazer parte.

Já consolidado como líder regional, o Brasil buscou ampliar suas capacidades de atuação em âmbito global. Ao se aproximar dos países em desenvolvimento e ao estreitar os laços comerciais e diplomáticos com estes países, o Brasil teve sua importância relativa aumentada no cenário internacional. Ao reforçar suas alianças

com países em desenvolvimento, o Brasil desvencilha-se gradualmente da influência das potências tradicionais, proporcionando uma maior autonomia (VISENTINI, 2013). Nesse sentido, Silva (2013) afirma que: “a diplomacia brasileira deverá trabalhar conjuntamente com as outras potências emergentes, países intermediários e polos regionais para minimizar as crises reais e potenciais da transição hegemônica para uma nova ordem internacional mais multipolar”.

### 3.2 RÚSSIA

Segundo o site do IBGE (2019), a Rússia possui uma população de aproximadamente 145 milhões de habitantes (2018), uma área de 17 milhões de Km<sup>2</sup> e um PIB de U\$ 1,25 trilhão de dólares (2016).

Após o fim da 2ª Guerra Mundial e a derrota do Eixo, a URSS foi alçada à condição de superpotência, assim como os Estados Unidos, durante a Guerra Fria, embate mundial que pautou a segunda metade do século XX. Este conflito envolvia dois sistemas político-econômicos diversos: o comunista, capitaneado por Moscou e com uma abrangência restrita a determinadas áreas do planeta; e o capitalista, chefiado pelos Estados Unidos. Os EUA possuíam a vantagem de que o mercado internacional e a maioria do sistema internacional operavam segundo a lógica do capitalismo (ADAM, 2013).

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi responsável por um período ímpar da história russa. No plano interno, grandes transformações de natureza econômica, política, institucional e cultural foram empreendidas, transformando um país relativamente atrasado, em comparação com seus pares europeus, em uma superpotência altamente industrializada e capaz de feitos notáveis nos quesitos militar e aeroespacial (VISENTINI, 2013).

De acordo com Visentini (2013), a Federação Russa, surgida com o fim da URSS em 1991, carrega na sua bagagem um passado imperial, a experiência de ser o primeiro Estado comunista do sistema internacional e a perda de condição de superpotência experimentada no período da Guerra Fria.

Após a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, a Rússia enfrentou uma grave decadência econômica. De acordo com Visentini (2013), durante a década de 1990, os graves problemas econômicos da Rússia de Yeltsin geraram uma constante instabilidade política no país. No ano de 1993, em meio a crises entre

a presidência e o parlamento, foi aprovada a Constituição Federal do país. Mesmo com os amplos poderes concedidos ao presidente na Constituição Federal, Yeltsin enfrentou dificuldades de governar com a maioria comunista. O resultado foi uma dispersão de poder que se acentuou com a fragilização do estado de saúde de Yeltsin no seu segundo mandato (1996-1999). Outro sério problema enfrentado por Yeltsin foi a Guerra da Chechênia (1994-1996 e 1999-2000).

Nesse sentido, Adam (2013) afirma que; “a Rússia foi relegada a um segundo plano na resolução dos conflitos nos Bálcãs, sofreu severas críticas relacionadas a sua ação na primeira fase da Guerra da Chechênia (1994-1996) e, o pior de tudo, viu a OTAN alargar seus horizontes para o leste, incluindo países que pertenciam ao Pacto de Varsóvia”.

Após Yeltsin, assume Vladimir Putin. Uma Rússia debilitada e mendicante não era a imagem do país que Putin desejava ou mesmo acreditava. A recuperação do status de grande potência passou a ser o objetivo maior da Federação Russa durante os governos Putin e Medvedev. Além da defesa da multipolaridade, desde 2000 a Rússia tem privilegiado algumas táticas de atuação na sua política externa. A primeira que pode ser citada é o pragmatismo. Logo no início de seu mandato, Putin deixou claro que Moscou negociaria com qualquer Estado do sistema internacional, caso isto viesse a atender os interesses russos. Fatores como forma de governo, religião, ou mesmo o histórico de relações com a Rússia não seriam sobrepostos às vantagens que esta ou aquela interação poderia trazer a Moscou (VISENTINI, 2013).

Ainda, Visentini (2013) descreve a segunda tática de Putin, que possui ligação direta com os recursos energéticos russos. Dada a crescente carência por energia no mercado internacional, que atinge a maioria dos países europeus, Estados Unidos, China e Índia, entre outros, a Rússia passou a utilizar a comercialização de petróleo e gás natural não apenas como fonte de dividendos, mas também como meio de obter ganhos político-diplomáticos.

No tocante à União Europeia, a tática funcionou bem, pois a necessidade dos países europeus de importar energia russa possibilitou a Moscou pressioná-los em momentos importantes, como, por exemplo, na tentativa falha de ingresso da Geórgia e da Ucrânia na OTAN, em 2008. Cumpre destacar que o uso de instrumentos de natureza econômica não levou o Kremlin a descuidar das forças armadas russas, as quais foram revitalizadas, seja para a defesa do território russo,

seja para sedimentar Moscou como uma fornecedora mundial de armamentos (VISENTINI, 2013).

Segundo Adam (2013), o Governo Putin passou a valorizar, intensamente, o vetor oriental da política externa russa. Ressalta-se a utilização de organismos ou arranjos multilaterais na busca de objetivos, tais como a OCX e o BRICS. Vale salientar que a OCX abarca duas potências nucleares com assento no Conselho de Segurança da ONU (Rússia e China), possui enormes recursos naturais (entre eles fontes de energia), abrange uma área gigantesca (Rússia, China e Cazaquistão estão entre os dez maiores países do mundo) e conta com uma população de grandes proporções.

Ainda, Adam (2013) afirma que “a inclusão do BRICS no Conceito de Política Externa Russa de 2012 não foi gratuita. Cada vez mais a Rússia valoriza o grupo, seja como meio de contraponto às potências tradicionais, seja como instrumento para a projeção de influência em regiões nas quais a presença russa hoje é tímida, como na África e na América do Sul”.

Um desafio russo é o de aumentar sua presença em continentes nos quais perdeu influência, como a África, ou nunca teve espaço de destaque, como as Américas. A participação e o fortalecimento do BRICS são alguns dos passos para que a Rússia possa, efetivamente, voltar a ser considerada uma grande potência (VISENTINI, 2013).

Segundo Visentini (2013), destaca-se que alguns eventos favorecem a perspectiva russa, como por exemplo: a ascensão de potências emergentes com as quais a Rússia pode se relacionar; as seguidas crises no Oriente Médio, que indicam que os principais produtos de exportação continuarão com um preço alto no mercado internacional nos anos vindouros, o que é algo positivo para Moscou; e a vitória do bloco OCX sobre a aliança euro-atlântica pelo controle da Eurásia. Em tese, estes fatores possibilitam à Rússia melhorar sua posição no cenário internacional. Porém, os problemas internos, em especial o declínio populacional e a falta de reformas econômicas podem prejudicar os objetivos russos.

O país tem como objetivo primordial se tornar um dos polos emanantes de poder em uma ordem internacional multipolar. Nesta direção, Moscou precisa exercer influência para além da região que a circunda e o melhor caminho para a Rússia conseguir aceitação dos países asiáticos é utilizar sua parceria com a China como um cartão de visitas (ADAM, 2013).



### 3.3 ÍNDIA

Ao longo da década de 1990 a Índia abandonou seus controles quantitativos e adotou uma ótica de mercado que visava a sua integração com a economia global, chegando a crescer 7% por três anos consecutivos, as maiores cifras desde sua independência. As reformas cobriram as áreas de comércio exterior e investimentos, políticas cambiais e industriais. As restrições aos investimentos estrangeiros caíram em grande parte e as empresas indianas passaram a poder captar capital no mercado internacional (VIEIRA, 2013).

Segundo Visentini (2013), a importância que a Índia vem alcançando desde o início do milênio na política internacional é fato notório, podendo uma considerável parcela deste contexto de celebridade global ser atribuída aos seus muitos números marcantes. A Índia é a maior democracia do mundo, o segundo país mais populoso, possui o terceiro maior contingente militar global e uma das maiores economias do planeta.

Segundo o site do IBGE (2019), a Índia possui uma população de aproximadamente 1,35 bilhão de habitantes (2018), uma área de 3,3 milhões de Km<sup>2</sup> e um PIB de U\$ 2,25 trilhões de dólares (2016).

De acordo com Visentini (2013), em termos de recursos naturais, a maior parte do território do país, o sétimo maior do mundo, está localizada em regiões tropicais, sendo o regime de monções característico da região. As precipitações pluviais são cruciais para a economia indiana e para a estabilidade do país, considerando-se que 71% da população subsiste da atividade agrícola.

A Índia possui diversidade e riqueza mineral, ao contrário de muitos países asiáticos. O país é o sexto maior consumidor de energia no mundo, sendo que 50% do consumo provém do carvão, 45% de gás e petróleo, 2% de energia hidroelétrica e 1,5% de energia nuclear. A situação do setor energético indiano, porém, configura-se atualmente como um obstáculo para o crescimento do país: os cortes de luz oscilam entre 11% e 18% do fornecimento nos horários de pico e cerca de 20% do território nacional não possui abastecimento de eletricidade. Em relação ao petróleo, nos próximos anos, a Índia deverá importar 90% de seu consumo (VIEIRA, 2013).

Segundo Visentini (2013), a Índia representa no subcontinente, em razão de sua superioridade em relação ao Paquistão, uma liderança incontestada, configurando-se a posição de uma potência regional. O país lidera o organismo regional SAARC

(South Asian Association for Regional Cooperation) da qual fazem parte Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka, ressaltando que este nunca interferiu de maneira efetiva nas políticas de segurança da região.

Segundo Ganguly (2010), a Índia continua em busca de garantir a hegemonia regional e alcançar definitiva influência global. De acordo com Bertonha (2013), o país tem relevantes preocupações internas com segurança e defesa, utilizando parte significativa de seus recursos no setor. Dessa forma, possui o terceiro maior Exército do mundo, além de capacidades nucleares consideráveis, fruto das disputas, no campo militar, com o Paquistão.

De acordo com Vieira (2013), no que tange às negociações comerciais multilaterais, a Índia, sempre manteve a tradição de defender os interesses dos países em desenvolvimento. Outro palco multilateral no qual a atuação indiana é bastante relevante é o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no qual o país pleiteia um assento permanente desde o início dos anos de 1990. Foi criado o G-4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão), que passou a atuar assertivamente em prol da reforma do Conselho de Segurança através de declarações conjuntas na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Sobre a participação em blocos internacionais, além do BRICS, a Índia também participa do IBAS. Segundo Vieira (2013), o IBAS, organismo baseado ideologicamente em uma concepção de cooperação Sul-Sul, é uma coalizão com potencial de assegurar um protagonismo para seus membros, proveniente da convergência de seus interesses e posicionamentos em fóruns multilaterais. Na expressão econômica, caso avancem as negociações relativas à diminuição de barreiras comerciais entre os três países, o fluxo trilateral pode aumentar, trazendo, além dos supostos benefícios advindos do desvio do atual comércio com o norte para o sul, a materialização de uma união conformada por elos quase que indissolúveis. Ainda, o IBAS projeta a mitigação de problemas socioeconômicos comuns aos três membros, sendo este um aspecto de grande valia para impulsionar o desenvolvimento destes países.

A Índia pode vir a se tornar uma potência no século XXI, mas possui vulnerabilidades internas e conflitos regionais que precisam ser superados. Ainda, as situações de equilíbrio de poder da qual a Índia tem participado favorecem sua ascensão, concomitantemente ao declínio de poder da potência hegemônica

americana. Assim, sua política externa pendular e pragmática, ora privilegiando as relações com o Norte, ora as relações com o Sul, favorece sua proeminência no cenário internacional contemporâneo (MOREIRA JR, 2011).

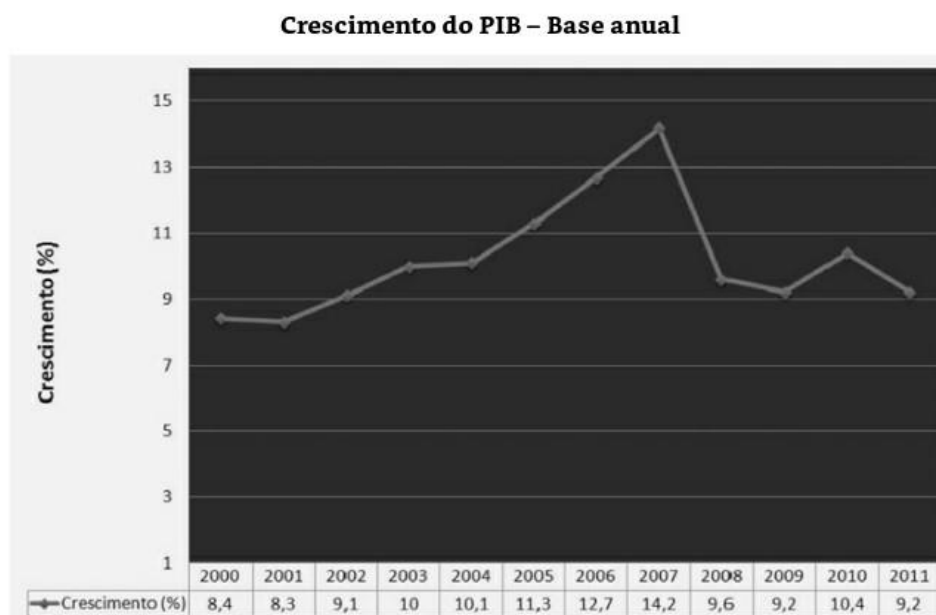
### 3.4 CHINA

De acordo com Shenkar (2005), “as reformas econômicas encaminhadas sob a liderança de Deng Xiaoping ao final dos anos 1970 foram responsáveis por acelerar o desenvolvimento econômico da China e conduzir o processo de modernização do país. Valendo-se do pragmatismo característico do socialismo chinês, o estabelecimento de “Zonas Econômicas Especiais” possibilitou uma abertura econômica parcial ao capital externo e investimentos de empresas multinacionais em áreas consideradas estratégicas pelo governo”.

A China passou por uma transformação estrutural nas últimas três décadas. Apresentando uma taxa de crescimento econômico anual em torno de 10%, o país foi alçado à condição de uma das principais potências globais, com projeções de disputar a liderança econômica do sistema já nos próximos anos (O’NEILL, 2007).

Segundo Moreira Jr (2011), ao longo da década de 1990, sua capacidade produtiva instalada somada à abertura dos canais de comércio fizeram a China despontar como grande plataforma global de exportações. A partir daí, passou a registrar constantemente balanças comerciais superavitárias e vigoroso desempenho econômico, impulsionando o comércio global e ampliando sua demanda por produtos primários para seu enorme mercado de consumo interno. A China, com isso, tem substituído em muitos países africanos e latino-americanos seus principais e tradicionais parceiros comerciais, Estados Unidos e União Européia.

De acordo com Visentini (2013), o gráfico abaixo demonstra o expoente crescimento econômico chinês:



Fonte: National Bureau of Statistics, 2013

Segundo o site do IBGE (2019), a China possui uma população de aproximadamente 1,42 bilhão de habitantes (2018), uma área de 9,6 milhões de Km<sup>2</sup> e um PIB de U\$ 11,2 trilhões de dólares (2016).

A China implementou, desde finais dos anos 1990, a estratégia “Going Out”, tendo como objetivos fundamentais o controle de recursos naturais, em especial energéticos, de que a economia chinesa é grande consumidora e importadora, a aquisição de experiência internacional pelas grandes empresas chinesas e reforço da sua competitividade e capacidade de gestão, a obtenção de tecnologias estrangeiras e a aquisição de empresas estrangeiras de prestígio para controle de marcas, redes de distribuição e tecnologias (NEVES, 2013).

De acordo com Neves (2013), “esta estratégia de afirmação como ator global levou a China a expandir a sua influência para fora da Ásia, em especial em África e na América Latina e mais recentemente na União Europeia, tirando partido do enfraquecimento das relações dos Estados Unidos com estas regiões, procurando articular três objetivos fundamentais: (i) assegurar o controle sobre recursos estratégicos, em especial energéticos, fundamentais para garantir a segurança energética e a continuidade do crescimento econômico extensivo chinês e reduzir a vulnerabilidade diversificando o risco; (ii) promover a erosão do *soft power* americano e europeu em espaços de influência tradicional, limitando a sua margem de manobra; (iii) diversificar mercados com o duplo propósito de reduzir a pressão

política relacionada com os excedentes comerciais e responder antecipadamente a problemas futuros de diminuição de competitividade das exportações chinesas”.

O desenvolvimento socioeconômico chinês, seu sistema político e sua estratégia diplomático-militar conservam uma dimensão inescrutável. A China possui a segunda maior economia do mundo e a mais antiga e contínua civilização, representando o epicentro da Ásia. A correlação de forças no mundo vem sendo alterada, fruto da rapidez com que o país tem se modernizado e sua economia crescido, com formas peculiares em termos político-econômicos (VISENTINI, 2013).

Segundo Moreira Jr (2011), “fortalecendo o exercício da cooperação e do desenvolvimento em busca de uma sociedade e de um mundo mais harmonioso, a nova diplomacia pública da China enfatiza princípios de convivência internacional baseados no multilateralismo, buscando se contrapor, a fim de ganhar espaço, ao modelo recente adotado pelos Estados Unidos”.

### 3.5 ÁFRICA DO SUL

Segundo Pereira (2013), “o Estado sul-africano nasceu tardiamente para a convivência internacional. Desde a institucionalização do regime racista sul-africano, materializada através da ascensão do Partido Nacional ao poder, em 1948, a África do Sul teve como único objetivo de sua política exterior a preservação do sistema erguido pela minoria branca. Tendo o Ocidente como base de apoio externa, especialmente os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Alemanha Ocidental, os sucessivos governos do Partido Nacional tentaram vincular sua ordem interna às divisões da Guerra Fria. Para garantir o apoio ocidental, os sul-africanos se projetaram como defensores dos valores da civilização branca no continente negro – reprimindo duramente os movimentos de libertação, internos e regionais – e como um bastião anticomunista, atento a uma suposta investida soviética”.

Porém, segundo Trachsler (2011), a África do Sul passou a assumir uma agenda engajada às demandas dos países do Sul, fundamentalmente, a defesa do multilateralismo. A partir do Governo Mandela, a abertura de um grande número de embaixadas e o estabelecimento de várias missões diplomáticas, bem como a participação em organizações internacionais, demonstram o esforço que o país tem feito para retornar à política internacional ativa e afirmativamente. A transição democrática sul-africana criou a base para o crescimento econômico do país, que

atingiu um PIB de cerca de US\$ 362 bilhões, ficando à frente da Dinamarca, Finlândia e Singapura até a chegada da crise de 2008.

Segundo o site do IBGE (2019), a África do Sul possui uma população de aproximadamente 57 milhões de habitantes (2018), uma área de 1,2 milhão de Km<sup>2</sup> e um PIB de U\$ 295 bilhões de dólares em (2016).

De acordo com Visentini (2013), o país representa 1/5 do PIB de todo o continente, possui uma das maiores reservas de ouro, manganês e platina do mundo e conta com uma das mais poderosas forças armadas do continente (somente Angola e Nigéria se aproximam do poderio militar sul-africano). Apesar da performance econômica do país africano ser inferior aos outros estados considerados “emergentes”, sua importância política se amplia progressivamente.

A posição ocupada pela África do Sul, por outro lado, oculta algumas realidades incômodas sobre suas estruturas socioeconômicas. Na verdade, algumas dessas realidades indicam que os problemas que o país enfrenta não são diferentes de outros países em desenvolvimento. Em muitos aspectos, a exemplo da pobreza, da criminalidade, das epidemias, entre outros, a capacidade de liderança pode ser posta em questão. A África do Sul possui condições para ser considerada um Estado com poder hegemônico em sua região, ao mesmo tempo em que enfrenta limitações políticas, econômicas e sociais (PEREIRA, 2013).

Segundo Visentini (2013), Mandela conduziu a transição a partir da ideia de relações exteriores universais. Com Mbeki a estratégia internacional tornou-se mais pragmática, mas ao mesmo tempo, com uma concepção mais limitada da política internacional. Muitos críticos afirmavam que o país ainda não havia definido seus reais interesses na política internacional. Em um contexto de indefinições, o continente africano, como um todo, continuava como um mero espectador do crescimento mundial. Essa situação foi identificada pelos sul-africanos, que definiram a posição econômica internacional do continente como a mais marginalizada. A eleição de Zuma, assim, representou a expectativa de que essa realidade fosse transformada. Com uma dose de tradicionalismo, outra de nacionalismo e outra de cosmopolitismo, a África do Sul ainda está construindo, com originalidade, seu Estado democrático.

Segundo Stuenkel (2017), “a inclusão da África do Sul no BRICS estava longe de ser um detalhe pequeno para o grupo. O mais importante foi que ela o globalizou, ao diversificá-lo geograficamente, concedendo-lhe maior legitimidade para falar em

nome do mundo emergente. Ao convidarem a África do Sul para ser um membro pleno do BRICS, os países-membros buscaram enviar um sinal aos líderes africanos em geral de que as potências emergentes de hoje buscam lidar com a África de maneira diferente de como fez o Ocidente no passado”.

Para a África do Sul, a entrada no grupo do BRICS pode ser considerada como uma das conquistas mais notáveis em sua política externa do século XXI, e um passo significativo para desenvolver sua liderança regional e sua projeção internacional. A participação do país no BRICS, portanto, elevou o país ao status de potência emergente (STUENKEL, 2017).

#### 4 CRISE FINANCEIRA DE 2008

Segundo Sampaio e Medeiros (2016), a explicação da crise econômica internacional ocorrida no início do século XXI não deve ser buscada isoladamente no mercado imobiliário e acionário dos Estados Unidos em 2008. A crise foi consequência de um longo processo de reestruturação econômica em resposta a outros fatores econômicos, como a crise do petróleo de 1973. As baixas taxas de crescimento dos setores produtivos dos países desenvolvidos levaram ao paulatino crescimento do setor de serviços e da esfera financeira. Como estratégia da retomada hegemônica dos EUA ao final da Guerra Fria, impôs-se uma série de medidas financeiras ao resto do mundo, rompendo com o pacto de Breton Woods e levando a uma desregulamentação financeira iniciada nos anos 1980 e radicalizada nos anos 1990.

Ainda, Sampaio e Medeiros (2016) afirmam que: “Após 1990, o processo avançou aceleradamente. A interligação eletrônica de bolsas e dos mercados financeiros, os mercados de futuros, o crescimento dos fundos de investimentos, as novas formas de contabilidade e distribuição dos lucros baseados em expectativas futuras, levaram ao crescimento sem precedentes da financeirização e seu descolamento dos setores produtivos”.

Para a desejada retomada hegemônica dos EUA, era necessária uma abertura econômica a nível mundial, já que após a 2ª Guerra Mundial, foi comum aos países manterem certo protecionismo de mercado e economias relativamente fechadas. A vitória norte-americana na Guerra Fria e o fim da URSS possibilitou uma ação mais agressiva por parte dos EUA para expandir suas áreas de interesse, seja por meio do *soft power* (ação por meio das ideologias sociais, culturais, ONGs, “jornalismo econômico” pago e financiamento de grupos opositores) ou mesmo do *hard power* (as invasões propriamente ditas, como as ocorridas no Oriente Médio e Iugoslávia nos anos 1990). A globalização fortaleceu a expansão das políticas neoliberais para os países periféricos, possibilitando a compra de ativos por meio de uma forte internacionalização de empresas industriais privadas ou estatais e o próprio mecanismo da desregulamentação, que possibilitou a entrada no processo de financeirização mundial (SAMPAIO E MEDEIROS, 2016).

De acordo com Bresser-Pereira (2010), a crise global de 2008 começou como costumam começar as crises financeiras em países ricos e foi causada pela



desregulação dos mercados financeiros e pela especulação selvagem que a desregulação permitiu. A desregulação foi o fato histórico novo que abriu as portas para a crise. Uma explicação alternativa sustenta que a política monetária do US Federal Reserve Bank, depois de 2001/2002, manteve as taxas de juros muito baixas, e por tempo demais, levando ao grande aumento da oferta de crédito necessário para produzir os elevados níveis de alavancagem associados à crise.

A crise financeira global de 2008 não era nem necessária, nem inevitável. Aconteceu porque as ideias neoliberais se tornaram dominantes e porque a desregulação foi realizada irresponsavelmente, enquanto as inovações financeiras (principalmente a securitização e os derivativos) e novas práticas especulativas permaneceram desreguladas. Essas ações tornaram as operações financeiras opacas e altamente arriscadas, abrindo caminho para fraudes generalizadas (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Para Lima e Deus (2013), “a crise do *subprime*, desencadeada em meados de 2007 nos Estados Unidos, tornou-se uma crise financeira internacional cujos problemas ainda se mostram presentes em nível mundial. No meio acadêmico, os estudos econômicos referentes ao mercado financeiro se destacaram fortemente com o desencadeamento da crise. Tendo como origem o excesso de crédito a tomadores que não apresentavam garantias reais (daí o termo *subprime*), o debate acerca da liberalização financeira reacendeu”.

Segundo Alcoforado (2014), entre 2007 e 2008, nos Estados Unidos, a inadimplência passou a aumentar no setor de hipotecas “subprime”, que é “um crédito de risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa ou para designar uma forma de crédito hipotecário para o setor imobiliário, destinada a tomadores de empréstimos que representam maior risco”. Esse crédito imobiliário tinha como garantia a residência do tomador e muitas vezes era acoplado à emissão de cartões de crédito ou a aluguel de carros. Agências como a Standard & Poor's reduziram as classificações de produtos vinculados a hipotecas e admitiram que os seus modelos matemáticos estavam apresentando defeitos.

Quando o índice de inadimplência das “subprime” aumentou, os contadores exigiram que os bancos reavaliassem os instrumentos utilizados. Por volta da primavera de 2008, o Citi, o Merrill e o UBS haviam amargado coletivamente um prejuízo de US\$ 53 bilhões (ALCOFORADO, 2014).

Gillian Tett (2009) afirmou que: “os bancos tentaram tapar este buraco com a obtenção de mais de US\$ 200 bilhões em capital novo. Mas o buraco continuou aumentando. Como resultado, a fé na capacidade dos reguladores de monitorar os bancos desmoronou. A fé nos bancos também acabou. A seguir, quando os modelos matemáticos perderam a credibilidade, os investidores desprezaram todas as formas de finanças complexas”.

Ainda, Alcoforado (2014) relatou que, em setembro de 2008, o último pilar da fé veio abaixo. A maioria dos investidores admitia que o governo dos Estados Unidos jamais deixaria um grande grupo financeiro fracassar. Mas quando o Lehman Brothers faliu, a desconfiança e a perplexidade aumentaram exponencialmente. A maior parte dos mercados de crédito desmoronou. Os preços enlouqueceram. Os bancos e analistas de ativos descobriram que todos os seus modelos financeiros fragmentaram-se. Nada mais funcionava nos mercados de capital. Nesse sentido, o sistema financeiro chegou ao precipício.

Sampaio e Medeiros (2016) afirmaram que, após 2001, ocorreu mudança na geopolítica mundial, com o início da crise nos EUA, com os atentados de 11 de setembro de 2001, com a invasão do Afeganistão e com a Guerra do Iraque envolvendo os Estados Unidos e seus aliados. Estes fatos abalaram a hegemonia norte-americana que vinha desde o fim da URSS. O sucesso da União Europeia fez com que os interesses europeus se distanciassem dos EUA, com exceção da Inglaterra.

Isto revelou uma questão geopolítica central: a disputa das potências mundiais por áreas de influência para exploração de energia e produção alimentar, no contexto da crise mundial. A Europa sentiu a perda de influência geopolítica que se aprofundou com a crise econômica. Outras regiões já estavam fora do alcance europeu: O Oriente Médio permaneceu como área de influência dos Estados Unidos; a Ásia Central passou a ser mais disputada por Rússia, China e Estados Unidos; a América Latina manteve-se como uma área independente, na qual os Estados Unidos tentava se impor; e o Irã permaneceu independente, mas com boas relações com a China (SAMPAIO E MEDEIROS, 2016).

De acordo com Sampaio e Medeiros (2016), do ponto de vista geopolítico e geoeconômico, o crescimento econômico chinês e o ressurgimento da Rússia como potência trouxeram alguns problemas extras para a tentativa de retomada da hegemonia por parte dos EUA, como: o crescimento da China levou ao aumento do

consumo de combustíveis, minerais e aço, acirrando a disputa pela influência sobre os países produtores (Venezuela, Irã, países africanos, Ásia Central); o retorno da Rússia como potência aumentou as disputas na Ásia Central; as ações da China na África e a aproximação com países latino-americanos, por meio de investimentos ou acordos em blocos (como o BRICS), mostraram uma disputa de influências com os EUA em seu próprio continente, no que se referia ao Brasil; e na Europa e Ásia Central, a Rússia se mostrou bastante resistente à expansão dos interesses da OTAN na região, levando adiante ações bélicas no Cáucaso e na Ucrânia.

Nesse sentido, vale ressaltar a forte desaceleração econômica dos EUA no período, conforme a figura abaixo:



Fonte: FMI e Departamento de Comércio dos EUA, 2011

Como consequências da crise financeira de 2008 e das ações estratégicas tomadas pelas grandes potências, em especial os Estados Unidos, pode-se descrever uma série de disputas, tensões, e fatos que marcaram o final da primeira década do século XXI.

No interior dos países desenvolvidos, passam a ocorrer disputas pelo controle da política econômica e pela tensão entre gastos sociais e proteção das grandes fortunas. Grandes manifestações ocorreram em diversos países (Inglaterra, França, Espanha, Itália, Grécia), desembocando em conflitos violentos, distúrbios, saques e violenta repressão policial (SAMPAIO E MEDEIROS, 2016).

No plano internacional, ocorrem tensões e disputas nos órgãos multilaterais (FMI, ONU, Banco Mundial, blocos regionais) e acordos comerciais entre países emergentes e países desenvolvidos. Os países emergentes passam a reivindicar espaço de decisão compatível com seu crescimento econômico na última década. Países desenvolvidos reativam imperialismo “à moda antiga” sobre países pequenos com recursos energéticos e minerais, como Iraque, Irã, Líbia, Ucrânia, Síria e Venezuela (SAMPAIO E MEDEIROS, 2016).

Na União Europeia, crescem as disputas entre os países membros. Divergências quanto à ajuda aos países em crise e quanto ao controle do parlamento e do Banco Central Europeu. O crescimento alemão reascende ciúmes franceses. A União Europeia busca fortalecer identidade própria e afastar seus interesses da liderança dos EUA. Os conflitos do Oriente Médio trazem o problema dos refugiados e um grande fluxo migratório para os países europeus. Esse fato aumenta os problemas da xenofobia na região (SAMPAIO E MEDEIROS, 2016).

Nos países emergentes, ocorre o aprofundamento dos laços políticos e comerciais entre si. Países com grandes territórios, recursos e população tem melhores condições de cuidar das exportações e do mercado interno ao mesmo tempo, mantendo superávits comerciais, como China, Rússia, Brasil, Índia e até mesmo Argentina e África do Sul. No entanto, a ação dos EUA em buscar acordos bilaterais e em desestabilizar os governos nacionalistas da região colocam em novo patamar as ações conjuntas que esses países têm condições de levar adiante (SAMPAIO E MEDEIROS, 2016).

Assim, Sampaio e Medeiros (2016) concluem que o entendimento da crise financeira de 2008, enquanto momento de um ciclo, não a coloca como um problema menor e momentâneo. As ações dos países centrais, em especial dos EUA, tem repercussão direta sobre os demais países do globo. São nos momentos de crise que as nações hegemônicas se tornam mais agressivas e belicistas e, portanto, trazem consequências geopolíticas, fruto da busca pelo crescimento e manutenção do poder hegemônico.

De acordo com Castelli (2017), “a crise financeira de 2008 parece ter posto em xeque a liderança e hegemonia internacional dos EUA. Há muito tempo se discute se a hegemonia norte-americana está ou não em declínio. A crise financeira global deteriorou, em certa medida, o poder norte-americano e criou uma brecha

para que outras nações emergissem no cenário internacional, como é o caso do BRICS”.

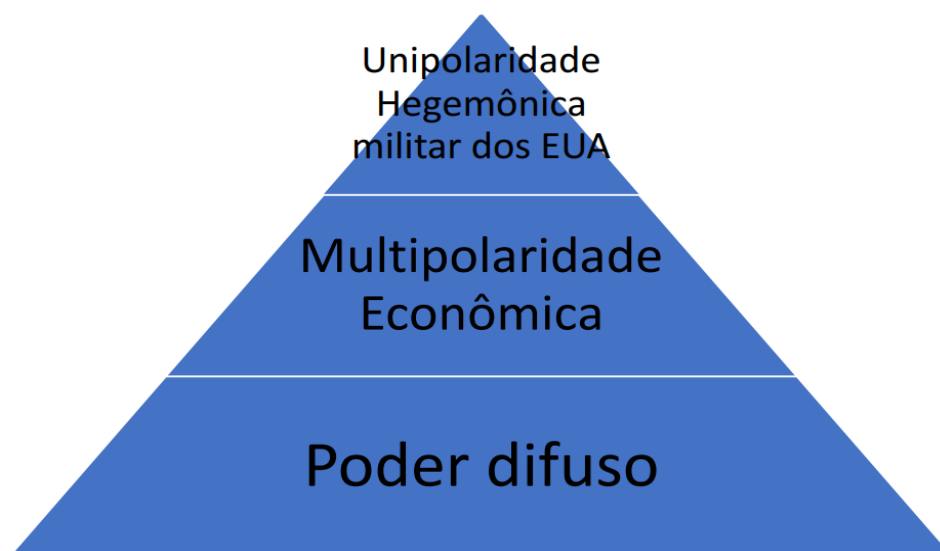
Bresser-Pereira (2010) afirmou que: “A crise bancária que teve início em 2007 e tornou-se uma crise global em 2008 provavelmente representará uma virada na história do capitalismo. Além de ser a crise econômica mais severa enfrentada pelas economias capitalistas desde 1929, é também uma crise social que, segundo previsões da Organização Internacional do Trabalho, elevou o número de desempregados de cerca de 20 milhões para 50 milhões ao fim de 2009”.

Nesse sentido, Stuenkel (2017) concluiu que os países desenvolvidos foram afligidos por uma crise financeira profunda, que combinada a uma relativa estabilidade econômica entre as potências emergentes, causou uma crise de legitimidade na ordem financeira internacional, levando à cooperação, também sem precedentes, entre as potências ascendentes caracterizadas pelo BRICS.

## 5 GEOPOLÍTICA MUNDIAL

Meira Mattos (2002) definiu Geopolítica como a “arte de aplicar a Política nos espaços geográficos”. Já Bonfim (2005) afirmou que “a Geopolítica se desenvolve em função da percepção do poder dos Estados e na relação entre os Estados do mundo, logo, na procura do poder mundial”.

Segundo Joseph Nye (2010), em sua obra *The Future of Power*, atualmente, o poder no mundo está distribuído em um padrão que se assemelha a um complexo jogo de xadrez tridimensional, com uma unipolaridade hegemônica militar dos EUA, uma multipolaridade econômica mundial e, como base do “tabuleiro de Nye”, o campo do poder difuso, onde entram questões humanitárias, ambientais, dentre outras, com a grande relevância dos organismos multilaterais e não estatais. Esta configuração de poder pode ser visualizada, conforme a figura abaixo:



Fonte: Paulo Roberto Laraburu, 2017

Segundo Martinelli (2016), a camada superior do tabuleiro é correspondente à questão bélica do Estado. Toda a esfera que envolva, de alguma forma, a questão militar, seja direta ou indireta, pode ser entendida como um ato referente à camada superior. Esta camada não é restrita ao ato de guerra propriamente dito. Conflitos armados e intervenção militar são tidos como últimos recursos dentro da esfera bélica, mas até que se cheguem à necessidade do uso efetivo da força, outras ferramentas são utilizadas.

Atualmente, nove Estados possuem ogivas em seus arsenais bélicos, dentre eles, cinco são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China. Isso dá a estes atores mais poder para atuar na camada superior do que aos outros quatro, que são Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte (MARTINELLI, 2016).

Nye (2002) coloca, em sua teoria, que os Estados Unidos são o único jogador na camada superior, pelo fato de serem os únicos com armas nucleares de alcance intercontinental, somado ao fato da sofisticação aérea, naval e terrestre, com possibilidade de atuação global.

A camada intermediária do tabuleiro corresponde ao âmbito econômico do Estado. O poder da economia expresso nesta camada não é voltado exclusivamente para o Produto Interno Bruto dos países. Por exemplo, países com PIB elevado em relação a outros, como o Brasil e México, são Estados em desenvolvimento, ou de industrialização tardia, enquanto outros com um PIB menor, em relação a estes dois, como Coreia do Sul, Bélgica e Suíça, são considerados Estados desenvolvidos (NYE, 2002).

De acordo com Martinelli (2016), um erro dentro da camada intermediária é imaginar que a mesma corresponde exclusivamente à riqueza monetária de um ator. Apesar de ser importante, ela deve atuar em parceria com articulações políticas que sejam correlatas à economia. As parcerias são importantes para que se consiga uma boa atuação dentro do cenário econômico, auxiliando Estados a se fortalecerem dentro de uma produção, ou um setor de investimento. Ainda, algumas Organizações Internacionais com o seu foco voltado para a economia podem ser entendidas como uma maneira do Estado se fortalecer dentro do cenário internacional.

Diferentemente da camada superior, a camada intermediária não é unipolar, apesar dos Estados Unidos levarem alguma vantagem em relação aos outros jogadores em certos momentos. Existe paridade de negociação entre os Estados Unidos e a Europa, além do grande nível de produção mundial, sendo que ambos dividem fatia considerável da produção mundial com o Japão e a China (NYE, 2002).

A camada inferior compete à parte mais abstrata do tabuleiro. Nela, a efetividade vai além dos limites fronteiriços do Estado, e é onde ocorrem as relações transnacionais. Nesta camada o poder não está restrito ao Estado, pois uma parte considerável dos jogadores são os atores não estatais. Estes atores podem ser

reconhecidos ou não, pois o poder escapa do controle que o Estado pode exercer e sobre quem essa fonte de poder influenciará (NYE, 2002).

Segundo Costa (2015), desde o início do século XXI, a Rússia colocou em relevo as concepções da antiga e sempre renovada geopolítica, atuando como grande potência com projeção regional e mundial. Nesse sentido, pode-se ressaltar o formidável reaparelhamento das forças armadas, a reaproximação com a China, a calculada movimentação para contrastar a hegemonia dos EUA/OTAN na Europa e a ousada e ostensiva intervenção política e militar na crise da Ucrânia.

No esforço de recuperação do tempo e do espaço perdido, a política estratégica russa, de natureza essencialmente geopolítica, impulsionou movimentos na direção de dois eixos principais. Na frente ocidental, por meio de diplomacia, dissuasão e ação militar, buscou contrastar e conter duramente os EUA/OTAN em suas políticas de expansão/contenção em direção ao leste e, no limite, manter ou reconquistar para a sua órbita de influência direta a Ucrânia, as três ex-Repúblicas Soviéticas do Báltico (Lituânia, Letônia e Estônia), a Moldávia, parte do Cáucaso (Geórgia e Armênia) e o Ártico, com suas cobiçadas jazidas de petróleo, jazidas de gás e as novas rotas interoceânicas (COSTA, 2015).

Na sua projeção para o Leste, esse ativismo russo se expressa, sobretudo, por um acentuado esforço de aproximação com a China. Dentre esses movimentos recentes, entretanto, o que melhor ilustrou a determinação do país de seguir o caminho traçado para retomar sua posição de grande potência - e o que mais despertou a atenção da comunidade internacional - foi a sistemática ingerência na política interna da Ucrânia, cooptando o apoio militar dos insurgentes de ascendência russa das províncias orientais do país e, finalmente, anexando (do ponto de vista ocidental) a Criméia, em março de 2014 (COSTA, 2015).

Ainda, de acordo com Costa (2015), ao longo do século XXI, coube destacar a rápida ascensão da China à posição de grande potência, país que tem a segunda maior economia, que é o líder das exportações do mundo e que nos últimos anos intensificou seu ativismo diplomático na escala global. Destaca-se também, a notória disposição chinesa na ampliação de arranjos de cooperação comercial e econômica, com maiores investimentos diretos e com significativo aumento da influência política em mais de uma dezena de países da África e da América Latina.

Nessa reconfiguração geopolítica em curso, o processo de maior expressão e com poder de influência nas próximas décadas são os vigorosos movimentos de



aproximação entre a Rússia e a China, caracterizados pela criação de um ambiente propício à convivência pacífica, para, em seguida, desdobrar-se em direção a uma aliança abrangente ou mais propriamente estratégica entre as duas grandes potências. Pois, solucionados seus antigos contenciosos, observou-se a criação da Organização para a Cooperação de Xangai em 2013, sendo este um mecanismo de concertação de conteúdo marcadamente econômico, mas que também abrange compromissos de natureza político-estratégica e militar (COSTA, 2015).

Desta forma, Costa (2015) ressaltou a vigência da antiga e agora revigorada rivalidade entre o *Poder Terrestre* (traduzido pela influência terrestre e potencial de Rússia e China) e o *Poder Marítimo* (traduzido pelas capacidades dos EUA e sua influência mundial), neste início do século XXI, cuja natureza de larga escala está moldando a nova Ordem Mundial, na qual a repartição do poder político, econômico e militar entre as grandes potências passa a configurar, cada vez mais, um mundo *Tripolar*.

A Teoria do Poder Perceptível, de Ray Cline, do ano de 1975, formulou um cálculo para medir a capacidade de um Estado para fazer a guerra e de impor sua vontade, considerando as expressões do poder, onde ele destacou o papel da população, como elemento principal no conceito internacional do poder nacional de um país (BONFIM, 2005).

Alinhado com a Teoria do Poder Perceptível, Visentini (2013) afirmou que com as transformações internacionais ocorridas com o fim da Guerra Fria e com a aceleração do processo de globalização, acentuaram-se as tendências multipolares do sistema internacional, abrindo possibilidades para os grandes países periféricos. Grande território e população passam a constituir características essenciais, associados ao desenvolvimento econômico e tecnológico, bem como projeção regional e global. Assim, formou-se uma nova geometria do poder mundial, sem um formato final ainda plenamente definido, mas com uma forte presença dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o sistema internacional ficou marcado por uma disputa entre a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos e a construção de um mundo multipolar, onde o poder seria partilhado pelas potências dos outros continentes.

Segundo Mead (2014), após a Guerra Fria, o foco mudou da geopolítica para a teoria econômica do desenvolvimento e da não proliferação, e grande parte da política externa centralizou-se em questões como mudança climática e comércio. A

combinação do “fim” da geopolítica e do fim da Guerra Fria ofereceu uma perspectiva especialmente sedutora para os EUA: a noção de que o país poderia começar a colocar menos no sistema internacional e tirar mais.

Em 2014, as rivalidades geopolíticas retornaram tempestuosamente ao centro do cenário global. Sejam com as forças russas que confiscaram a Crimeia, com a China reivindicando agressivamente suas águas costeiras, com o Japão respondendo com uma estratégia cada vez mais assertiva ou com o Irã tentando usar suas alianças com Síria e Hezbollah para dominar o Oriente Médio. O fato é que jogos de poder anacrônicos voltaram a predominar nas relações internacionais (MEAD, 2014).

Os ocidentais jamais deveriam ter esperado que a geopolítica obsoleta desaparecesse por completo. Eles agiram assim porque interpretaram de modo totalmente errado o que o colapso da União Soviética significou: o triunfo ideológico da democracia capitalista liberal sobre o comunismo, e não o fim do *hard power* (poder duro, ligado à força militar). China, Irã e Rússia nunca aceitaram como válido o acordo geopolítico firmado após a Guerra Fria e vêm fazendo tentativas cada vez mais contundentes para subvertê-lo (MEAD, 2014).

De acordo com Mead (2014), a Rússia deseja refazer ao máximo o mapa da União Soviética, surgindo mais poderosa do que o Irã e mais frágil do que a China. Porém, mais bem sucedida do que a China no campo da geopolítica. A China não se contenta com um papel secundário nos assuntos globais, nem aceitará o nível atual de influência dos EUA na Ásia e o status quo territorial nessa região.

A China, paradoxalmente, tem sido frustrada. Seus esforços para se afirmar na sua região somente intensificaram os vínculos entre os EUA e seus aliados asiáticos e fortaleceram o nacionalismo no Japão. À medida que os recursos de Pequim aumentam, da mesma maneira aumenta a sua frustração. E também, à medida que o poder da China cresce, também cresce a determinação do Japão. Dessa forma, as tensões na Ásia, provavelmente, transbordarão para a política e para a economia global (MEAD, 2014).

Segundo Passarinho (2019), que entrevistou o economista britânico Jim O'Neill, criador do acrônimo BRIC, o mundo precisa acomodar tanto Estados Unidos quanto China. Porém, sob o aspecto econômico, frente à disputa econômica entre EUA e China, se os países tiverem que optar por um lado, muitos deles, incluindo o Brasil, seriam loucos se não escolhessem a China. Em 2017, os chineses

correspondiam a 22% das exportações brasileiras (US\$ 48 bilhões) e os americanos correspondiam a 11% (US\$ 25 bilhões).

O'Neill, integrante da Câmara dos Lordes do Parlamento Britânico e ex-secretário do Tesouro do Reino Unido, observa que a China oferece um mercado consumidor para os produtos brasileiros muito maior que o americano. São 1,3 bilhão de pessoas vivendo no país asiático contra 327 milhões, nos EUA. E os americanos ainda competem com o Brasil na exportação de diversas commodities, como a soja, enquanto a China é compradora (PASSARINHO, 2019).

Sobre o BRICS, O'Neill afirma que "não está claro o que os líderes dos países de fato alcançaram de concreto desde que criaram o grupo, além de simbolizarem essa crença compartilhada de que grandes economias emergentes precisam de uma voz coletiva mais forte para além dos Estados Unidos e outros países desenvolvidos" (PASSARINHO, 2019).

Para o economista britânico, apenas China e Índia tiveram um bom desempenho econômico. Brasil e Rússia tiveram uma década extremamente decepcionante. E a África do Sul, que nunca deveria ter sido incluída, tem estado próxima à recessão desde que entrou para o grupo (PASSARINHO, 2019).

Porém, para O'Neill, o BRICS simboliza algo muito importante para todos os membros. China e Índia possuem muitas discordâncias e raramente se reúnem fora dos encontros do grupo. É interessante ver que o presidente chinês parece satisfeito em aceitar dialogar com a Índia no âmbito do BRICS, porque o grupo simboliza o crescimento do mundo emergente (PASSARINHO, 2019).

## 6 CONCLUSÃO

Os países pertencentes ao BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) são considerados países emergentes ou em desenvolvimento. Caracterizam-se pela capacidade de se tornarem potências econômicas, com o volume do PIB ultrapassando os dos países mais ricos, durante o século XXI. Destacam-se também por suas dimensões territoriais e pelas suas populações, que, em tese, lhes garantiriam um potencial de avanço econômico sustentável em longo prazo.

Alguns pontos de acordo entre os países do BRICS convergem na direção do fortalecimento do multilateralismo, da reforma do Conselho de Segurança da ONU, da solução de disputas por meios políticos e diplomáticos, da não proliferação e no apoio aos esforços internacionais no combate à fome e à pobreza. A abrangência do grupo, incluindo representantes de 3 (três) continentes, o torna mais forte e representativo.

O Brasil construiu um parque industrial respeitável e possui grande contingente populacional. Verificou-se que o Brasil adquiriu uma política externa condizente com a posição de potência emergente, conquistando maior protagonismo internacional, tanto em termos econômicos quanto diplomáticos, sendo um dos que pleiteia um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Consolidado como líder regional, ao se aproximar dos países em desenvolvimento e ao estreitar os laços comerciais e diplomáticos com estes países, o Brasil teve sua importância relativa aumentada no cenário internacional.

A Rússia preza pelo seu pragmatismo, ao utilizar a comercialização de petróleo e gás natural não apenas como fonte de dividendos, mas também como meio de obter ganhos político-diplomáticos, obtendo grande influência sobre a Europa e a Ásia Central. A partir do Governo Putin, passou a valorizar, intensamente, o vetor oriental da política externa russa, aproximando-se, também, dos países asiáticos.

A Índia busca garantir uma hegemonia regional ao Sul da Ásia, aumentando sua influência global. Em relação às negociações comerciais multilaterais, a Índia defende os interesses dos países em desenvolvimento. O país preza por uma política externa pendular e pragmática e também pleiteia um assento permanente, porém, possui vulnerabilidades internas e conflitos regionais que precisam ser superados.

A China, nos últimos anos, cresceu em média 10% por ano, sendo alçada à condição de potência econômica global, com projeções de disputar a liderança econômica do sistema internacional. Possui como objetivos fundamentais o controle de recursos naturais, em especial energéticos, de que a economia chinesa é grande consumidora e importadora. Expande a sua influência para fora da Ásia, em especial na África, na América Latina e na União Europeia. Enfatiza princípios de convivência internacional baseados no multilateralismo, buscando se contrapor ao potencial econômico dos EUA.

A África do Sul despertou tardiamente para a convivência internacional. A partir do Governo Mandela, direcionou esforços para retornar à política internacional, na defesa do multilateralismo. O país enfrenta limitações políticas e econômicas, mas possui condições para ser considerada um Estado com poder hegemônico em sua região. A inclusão da África do Sul no BRICS foi uma das conquistas mais notáveis de sua política externa neste século. A diversificação geográfica do BRICS globalizou o grupo, concedendo-lhe maior legitimidade para falar em nome do mundo emergente.

A partir da década de 1990, o mundo passou por um processo de reestruturação econômica, caracterizada por abertura econômica a nível mundial, desregulação dos mercados financeiros e especulação financeira. As taxas de juros baixaram significativamente, levando ao excesso de crédito a tomadores que não apresentavam garantias. Em 2008, fruto do excesso de crédito e crescente inadimplência, ocorre uma crise financeira nos EUA, gerando forte desaceleração econômica americana. Em pouco tempo, a crise se alastra a nível mundial. Ainda, no início do século XXI ocorrem bruscas mudanças na geopolítica mundial, com os atentados de 11 de setembro de 2001. Estes fatos abalaram a hegemonia norte-americana vigente desde o fim da Guerra Fria.

Com o aprofundamento da crise econômica mundial, a Europa sentiu a perda de influência geopolítica. Na União Europeia, cresceram as disputas econômicas entre os países membros. No interior dos países desenvolvidos, ocorreram disputas pelo controle da política econômica e pela tensão entre gastos sociais e proteção das grandes fortunas.

A crise desfavoreceu os EUA e a Europa e favoreceu o aprofundamento dos laços políticos e comerciais entre os países em desenvolvimento, levando a uma cooperação sem precedentes entre as potências emergentes, caracterizadas pelo

BRICS. Ainda, possibilitou um forte crescimento econômico chinês e o ressurgimento da influência russa.

A expressão do poder econômico no mundo multipolar não se expressa apenas pelo Produto Interno Bruto dos países, mas também pela capacidade de parcerias que tragam boa atuação no cenário internacional. Em relação ao atual desempenho dos países do BRICS, conclui-se que apenas China e Índia tiveram um bom desempenho econômico nos últimos anos. Brasil e Rússia tiveram fraco desempenho econômico. E a África do Sul encontra-se em recessão desde que entrou para o grupo.

Conclui-se que a atual geopolítica mundial está caracterizada, principalmente, pela perda da hegemonia americana e pelas consequências advindas de ações estratégicas da China e da Rússia. A Rússia, caracterizada por uma política estratégica de natureza essencialmente geopolítica, busca a recuperação do tempo e do espaço perdido, por meio da diplomacia, dissuasão e ação militar, contrastando duramente com os EUA. Ainda, destaca-se o esforço russo de aproximação econômica com a China.

A China apresentou-se com notória disposição para arranjos de cooperação comercial, aumentando a sua influência política em mais de uma dezena de países da África e da América Latina. Por exemplo, a aproximação entre Brasil e China representa um mercado consumidor para os produtos brasileiros muito maior que o americano. São 1,3 bilhão de pessoas vivendo no país asiático contra 327 milhões dos EUA. Nesse sentido, reafirma-se que grande território e população passam a constituir características essenciais, associados ao desenvolvimento econômico e tecnológico, para o aumento da projeção regional e global.

Em contrapartida, o crescimento econômico chinês e sua influência regional geraram tensões na Ásia, pois os EUA passaram a reforçar a aproximação com tradicionais aliados econômicos, como Japão e Taiwan. Essas disputas, provavelmente, transbordarão para a política e para a economia global.

Por fim, infere-se a vigência da antiga e agora revigorada rivalidade entre um “poder terrestre” (traduzido pela influência terrestre e potencial de Rússia e China) e um “poder marítimo” (traduzido pelas capacidades dos EUA e sua influência mundial), ao longo do século XXI, cuja natureza de larga escala molda a “Nova Geopolítica Mundial.

## REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Fernando. **A crise mundial de 2008 e suas consequências econômicas, sociais e geopolíticas**. Salvador: UFBA, 2014.

BARRUCHO, Luis. **Qual é a relevância do BRICS - e quais são seus desafios para o futuro**. BBC News, 2017. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41115877>>. Acesso em 24 de março de 2019.

BERTONHA, João Fábio. **A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outro BRICS em perspectiva comparada**. Brasil: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56, n. 2, 2013.

BONFIM, Uraci Castro. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: CPEAEX/EAD, 2005.

BRASIL. **Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional**. Brasil, 2010.

BRASIL/Ministério das Relações Exteriores. **Balanço de Política Externa (2003-2010)**. Brasil, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?** São Paulo: Novos Estudos, CEBRAP, 2010.

CASTELLI, Jonattan Rodriguez. **A crise financeira global e a nova ordem econômica: a ascensão da China e a contestação do dólar Norte-americano**. Santa Cruz do Sul: CEPE, n. 46, p. 04-21, 2017.

CASTRO, Therezinha. **Geopolítica: princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

COSTA, Wanderley Messias da. **O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial**. França: Confins, 2015.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército). **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

FILGUEIRAS, L. **Os efeitos da crise econômica mundial na economia brasileira**. Rio de Janeiro: Jornal dos Economistas, 2008.

GANGULY, Sumit. **India's Foreign Policy: Retrospect and Prospect**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia - Uma contribuição ao estudo da política internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

IBGE. **Países**. Brasil, 2019. Disponível em <<https://pais.es.ibge.gov.br>>. Acesso em 24 de março de 2019.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. **A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira**. Chapecó: Cadernos de Economia, v. 17, n. 32, p. 52-65, 2013.

MARTINELLI, Caio Barbosa. **O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye**. Ribeirão Preto: Conjuntura Global, vol. 5, n. 1, 2016.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MOREIRA JR, Hermes. **O BRICS e a recomposição da ordem global: estratégias de inserção internacional das potências emergentes**. Porto Alegre: Conjuntura Austral, v. 3, n. 9-10, 2011.

MEAD, Walter Russell. **O retorno da geopolítica**. Brasil: O Estado de São Paulo, 2014.



NEVES, Miguel Santos. **A China e a Índia no Atlântico Sul**. Brasil: Relações Internacionais, 2013.

NYE, Joseph. **Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NYE, Joseph. **The Future of Power**. Washington, DC: PublicAffairs, 2010.

O'NEILL, Jim. **BRICs and Beyond**. Estados Unidos da América: Goldman Sachs Report, 2007.

O'NEILL, Jim. **Building better global economic BRICS**. Estados Unidos da América: Global Economics, n. 66, 2001.

O'NEILL, J. & STUPNYTSKA, A. **The Long-Term Outlook for the Brics and N-11 Post Crisis**. Estados Unidos da América: Goldman Sachs - Global Economics Paper, 2009.

PAGOT, Rhaíssa; JARDIM, Emmanuel Brandolff. **O BRICS frente aos Estados Unidos após a crise financeira de 2008: alternativa a uma hegemonia declinante?** Florianópolis: Textos de economia, v. 17, n. 2, p. 128-150, 2014.

PASSARINHO, Nathalia. **Economia**. BBC News, 2019. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2019/06/22/brasil-seria-louco-se-entre-eua-e-china-escolhesse-eua-diz-britanico-pai-dos-brics.htm>>. Acesso em 04 de setembro de 2019.

PENA, Rodolfo Alves. **Países emergentes**. Brasil Escola, 2019. Disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/paises-emergentes.htm>>. Acesso em 23 de março de 2019.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. **BRICS: surgimento e evolução**. In: **o Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012.

SAMPAIO, Fernando dos Santos; MEDEIROS, Marlon Clovis. **A geopolítica da crise: crise econômica e as mudanças no espaço mundial**. Mar del Plata: Congreso de Geografía Económica, 2016.

SENNES, R. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém-industrializada**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

SHENKAR, Oded. **O Século da China**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

TETT, Gillian. **Crise global foi causada por "criação destrutiva"**. UOL Notícias, 2009. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/fintimes/2009/03/10/ult579u2728.jhtm>>. Acesso em 04 de setembro de 2019.

THE ECONOMIST. **The Brics: the trillion-dollar club**. Londres: The Economist, 2010.

TRACHSLER, D. **South Africa: a hamstrung regional power**. Zurique: CSS Analysis in Security Policy, 2011.

VISENTINI, Paulo; ADAM, Gabriel; VIEIRA, Maíra; SILVA, André; PEREIRA, Analúcia. **BRICS: as potências emergentes**. Petrópolis: Vozes, 2013.